CARTA PEDAGÓGICA PARA A COMUNIDADE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI: ANÁLISE DE NARRATIVAS DOS BEBÊS E DAS CRIANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Ivonete de Souza Santos
Coord. Pedagógica da EMEI Vereador Jackson Pereira Baleeiro, Guanambi, Bahia, Brasil.
ivonete@edu.guanambi.ba.gov.br
Lilyane Magalhães Neves
Professora da EMEI Vereador Jackson Pereira Baleeiro, Guanambi, Bahia, Brasil.
lilyanemagalhaesneves@gmail.com
Livia de Cerqueira Santos
Professora da EMEI Vereador Jackson Pereira Baleeiro, Guanambi, Bahia, Brasil.
liviadecerqueira@gmail.com
Taise Almeida Silva
Professora da EMEI Vereador Jackson Pereira Baleeiro, Guanambi, Bahia, Brasil.
taise34a@gmail.com
Vanilda Nogueira de Carvalho Paudarco
Professora da EMEI Vereador Jackson Pereira Baleeiro, Guanambi, Bahia, Brasil.
vanildan@hotmail.com

INFÂNCIA, POLÍTICAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Querida Comunidade Escolar da Educação Infantil Guanambiense,

Sendo Educação Infantil a primeira etapa da Educação Básica, não pode ser tratada a partir do viés assistencialista, mas da garantia dos direitos constitucionais dos bebês e das crianças da faixa etária de 0 a 5 anos.

A construção do saber pedagógico para o ensino na infância deve considerar a participação ativa dos sujeitos envolvidos nessa etapa. Partindo desse pressuposto, esta carta pedagógica reflete sobre a pesquisa desenvolvida na Escola Municipal de Educação Infantil Vereador Jackson Pereira Baleeiro que, inicialmente, visou realizar a escuta ativa dos bebês e das crianças da escola com a mediação docente, para a construção participativa do Plano Decenal de Educação do Plano Municipal de Educação (PME) de Guanambi, que será

implementado entre os anos de 2026 a 2036.

Desse modo, desenvolveu-se a pesquisa de cunho qualitativo, cuja perspectiva é de natureza interpretativa, a fim de analisar os dados produzidos e compreender as percepções das crianças em suas experiências, a partir da valorização do discurso e da expressão infantil.

Em face dos elementos produzidos e analisados a partir da perspectiva da pesquisa-ação, Gil (2021, p. 55), esclarece que esse tipo de pesquisa consolida-se pelo "[...] envolvimento ativo pelo pesquisador e a ação por parte das pessoas ou grupos envolvidos no problema". Para a produção dos dados, a metodologia baseou-se em rodas de conversas, desenhos comentados, produções infantis, registros fotográficos e a observação participante, os quais foram instrumentos valiosos que possibilitaram o desenvolvimento das análises interpretativas e dedutivas, com base nas produções simbólicas e nas narrativas das crianças da creche.

Ao todo, participaram da pesquisa no âmbito escolar, 148 bebês e crianças com idade entre 1 a 3 anos, que corresponderam de maneira flexível e como parte ativa do processo, considerando o campo de pesquisa e a subjetividade do universo infantil que permeia-se pelas esferas sociais, educacionais, culturais e simbólicas.

Os elementos produzidos foram analisados pelo viés qualitativo, correlacionados às vivências e narrativas dos bebês e das crianças, propiciando a interpretação dos desenhos produzidos por eles(elas). Por se tratar de um público pueril, foi de extrema importância adaptar a complexidade do que se trata a construção do Plano Decenal de Educação/PME-Guanambi, de maneira lúdica e dinâmica, incentivando a participação ativa de todos(as), a partir de alguns questionamentos norteadores, como "o que vocês mais gostam na creche?" e "o que querem que tenha na creche para melhorar nossa escola?".

Com base nas hipóteses explanadas e demonstradas, buscou-se captar as necessidades, os desejos e as percepções dos bebês e das crianças sobre o ambiente educacional em que estudam, dados importantes que podem contribuir para uma reflexão sobre a educação infantil no âmbito municipal, visto que a participação desses sujeitos é fundamental para a construção de programas e políticas públicas para a infância.

As respostas das crianças foram repletas de simplicidade, ingenuidade e imaginação, e revelaram uma conexão profunda com a natureza, com seus elementos e com a importância do brincar livre. Muitas crianças destacaram, em seus relatos e desenhos, os componentes naturais como “areia”, “parquinho”, “pé-de-manga”, “árvore”, “flor”, “sapo” e “plantas”, que simbolicamente evidenciam a necessidade de revitalização das áreas verdes e das áreas destinadas ao brincar na instituição, com ênfase na promoção da Educação Ambiental e no contato direto com o Meio Ambiente.

No decorrer do processo de escuta, surpreendentemente, uma das crianças, espontaneamente, sugeriu que fosse criada “uma igreja” na escola. Essa inocente resposta ressalta a necessidade de reflexão sobre a manutenção da laicidade no espaço escolar e a importância de se promover o respeito à diversidade de crenças desde a infância, estimulando valores como tolerância e convivência harmônica entre as diferentes culturas e religiões, bem como a consideração respeitosa às manifestações de fé professadas pelas famílias e replicadas sutilmente no cotidiano pelas crianças. Além disso, nos mostra a importância de inserimos nos planejamentos pedagógicos a valorização da educação antirracista e a decolonialidade, pois o pensamento decolonial está intrinsicamente relacionado à desconstrução das práticas e dos efeitos da colonialidade que subjulga os saberes sulbaternizados pela ideia eurocêntrica de repressão às histórias silenciadas e reprimidas, em face do contexto apresentado, especialmente das raízes da cultura e religiões afrobrasileiras (Barbosa, 2023).

No que se refere às preferências de sabores, texturas e desejos relacionados à alimentação, as crianças indicaram de forma curiosa e sincera as suas preferências alimentares, desenhando e rabiscando “mangas”, “caju”, “cuscuz” e “pão”, mencionando ainda “frutas”, “uva”, “leite” e “camarão com arroz”. Simbolicamente, essas narrativas trazem à tona uma questão sobre a relevância da alimentação saudável para a promoção da saúde na infância e sobre a importância de se pensar em uma merenda escolar nutritiva e saborosa ao paladar das crianças. Essa alimentação, que é garantida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é parte essencial da jornada dos bebês e das crianças nas creches e escolas da Educação Infantil.

Ao interpretar as narrativas explanadas pelas crianças, percebe-se que a merenda escolar precisa considerar as especificidades regionais e culturais e ainda ser capaz de auxiliar na introdução alimentar, além de favorecer estratégias que lidem com o comportamento alimentar seletivo que, por vezes, pode se manifestar nessa faixa etária presente na primeira infância. A Lei Federal nº 11.947/2009, em seu artigo 4º (Brasil, 2009), assegura que o "PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis". As refeições ofertadas na Educação Infantil garantem a segurança alimentar e o acesso de forma igualitária aos nutrientes e sabores necessários para o desenvolvimento biológico dos bebês e das crianças.

Outro aspecto interessante e curioso levantado pelas crianças foram algumas menções a "carrinho de polícia", "carrinho de bombeiros", o que leva à reflexão sobre a relevância das ações do poder público nos espaços escolares, a exemplo do treinamento que foi realizado no início do ano de 2025, na EMEI Vereador Jackson Pereira Baleeiro, pelos oficiais do Corpo de Bombeiros de Guanambi, em cumprimento à Lei Lucas (Brasil, 2018), que obriga a capacitação de professores(as) e funcionários de estabelecimentos de ensino da Educação Básica e estabelecimentos de recreação infantil em noções básicas de primeiros socorros.

Paralelamente, a citação que diz respeito à polícia, pode ser interpretada como uma sugestão para ações de segurança pública na esfera escolar, destacando a relevância de parcerias que possam corroborar o desenvolvimento de projetos socioeducacionais preventivos e a atuação de agentes sociopedagógicos, através da intersetorialidade, especialmente no que diz respeito à relação humanizada entre a família e a escola; à convivência pacífica entre a escola e a comunidade, ao combate à violência e ao enfrentamento do *bullying*, pois tais temáticas são essenciais para a comunidade escolar, ressaltando as necessidades sociais daqueles(as) em situação de vulnerabilidade.

Finalmente, a maioria das crianças enfatizou a importância das brincadeiras, mencionando especificamente os nomes de brincadeiras que vivenciam na creche, reforçando a necessidade de priorizar de forma estruturante o brincar e as interações como eixos fundamentais na Educação Infantil, propiciando estruturas físicas que viabilizem ambientes

seguros e adequados para o desenvolvimento das propostas pedagógicas que atendam aos anseios dos bebês e das crianças. As brincadeiras são, para eles(elas), um dos principais meios de expressão, socialização e aprendizagem. Assim, garantir que esses momentos sejam parte central da intencionalidade e da prática pedagógica é essencial para o desenvolvimento integral da criança. Visto que, como afirma Freire (1996, p. 47), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção".

Salientamos que a apresentação das narrativas das crianças foi compartilhada publicamente, de modo mais abrangente pela coordenadora pedagógica da instituição que serviu de campo para a pesquisa, tendo a participação de outros profissionais da escola, da cmunidade e da rede municipal de ensino, durante o evento "Escutas Públicas Participativas para Construção/Elaboração do Plano Decenal de Educação de Guanambi", organizado pela Equipe Técnica e pelas Comissões do PME, realizado no auditório da Universidade do Estado da Bahia, *Campus* XII, no dia 17 de julho de 2025.

Figura 1 – Coordenadora Pedagógica apresentando a análise da escuta pública participativa dos bebês e crianças da Escola Municipal de Educação Infantil Jackson Pereira Baleeiro.

Fonte: Imagem do acervo pessoal das autoras (2025).

Em síntese, as escutas realizadas com os bebês e as crianças da Escola Municipal de Educação Infantil Vereador Jadson Pereira Baleiro destacam a importância de um ambiente escolar que valorize a natureza, promova a segurança e o respeito mútuo e garanta uma alimentação adequada e prazerosa. Sobretudo, que a Educação Infantil continue em defesa das brincadeiras e do brincar livre como instrumentos essenciais para o desenvolvimento das

crianças.

A escuta das narrativas e a interpretação dos desenhos e das produções infantis, nos conduzem a reflexões profundas sobre como podemos criar espaços educativos mais inclusivos, respeitosos e ricos em experiências para gerações futuras, que reconheçam as diferenças individuais e valorizem a equidade de oportunidades a todos os bebês e as crianças.

Ao destacar as narrativas dos bebês e das crianças, como protagonistas no contexto escolar, através da escuta e das produções simbólicas, a Escola Municipal de Educação Infantil Jackson Pereira Baleeiro estabelece um sentido entre os saberes das crianças e o conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Desse modo, firma-se um convite à Comunidade Escolar da Educação Infantil Guanambiense, a uma escuta sensível, ética e humanizada.

Sendo assim, destinamos esta carta pedagógica à Comunidade Escolar da Educação Infantil Guanambiense, no anseio de compartilhar a experiência de pesquisa. Nesse sentido, podemos afirmar também que a efetivação escuta participativa dos bebês e das crianças está em consonância com a construção de um currículo alinhado às suas experiências e aos seus saberes, com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio sociocultural, ambiental, artístico e tecnológico, de modo que haja a promoção do desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos de idade.

Cordialmente,

Coordenadora Pedagógica e Professoras da EMEI Vereador Jackson Pereira Baleeiro.

Palavras-chave: infância; escuta; narrativas; políticas; educação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Vera Lúcia Ermida. **Decolonialidade e Serviço Social: um debate emergente.**

Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 146, n. 1, p. 161-182,2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.308. Acesso em: 21 de ago. de 2025.

BRASIL. Lei nº 11.947,de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.**4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.